

“Acontece nas escolas”: um brado pela esperança!

Maria de Fátima Barbosa Pires¹

A coluna “Acontece nas escolas” busca materializar-se para além do papel de arquivo de “boas práticas”, sem, contudo, descartar essa importante missão. Mas indo além, se propõe ao diálogo a partir dos entrecruzamentos entre as políticas educacionais globais e seus efeitos nas micro relações cotidianas dos sujeitos nos variados contextos educacionais.

Esta coluna aposta, pois, na docência e nas suas intervenções pedagógicas para transformação da nossa sociedade. A proposta da coluna, numa linguagem mais didática, poderá ser acessada através do vídeo: “Explicando a proposta da coluna *Acontece nas escolas*” no canal do Youtube “*Histórias para todos*”:



Figura 1: Acesso o vídeo, clicando na imagem acima ou no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=JEKcWy_SSN8

Nos nossos dias atuais, em face dos desafios pandêmicos, assistimos a produção de novas sociabilidades e se a escola na visão da maioria dos seus sujeitos já não vinha mais sendo compreendida apenas como espaço físico, com o desafio de ganhar o mundo para além dos seus muros, hoje ela assume outras facetas, especialmente, ao apossar-se

¹ Professora da rede municipal de Niterói (RJ). GEHPROF/UFRJ. Correio eletrônico: fatimapires@ufrj.br

de territórios íntimos, reservados aos cotidianos domésticos dos nossos cidadãos em decorrência da necessidade do ensino remoto.

Os limites entre o privado e aquilo que é comum, no sentido daquilo que é público, portanto, compartilhado por todos, nunca foram bem definidos em nossa nação. A escola em muitos contextos representa este espaço público, onde os sujeitos irão trilhar os primeiros caminhos para a vida na coletividade. Ela é o espaço da regra e em muitos cenários, lócus impar em que se (res)sente a presença do Estado.

Entretanto, na atual conjuntura, esse espaço de regulação que constitui a escola vem se corporificando cada vez mais nas no universo particular das famílias. Esse processo pode ser indicativo de uma transição para um novo estilo de vida e por conseguinte de novas subjetividades. Por isso, essa coluna se propõe a explorar as práticas dos sujeitos educacionais como *acontecimentos*, pois os textos e recursos a serem socializados podem nos trazer indicativos dessas transformações, por assim dizer, em tempo real, ou mais próximo ao momento em que elas estão acontecendo.

Voltando nossa atenção para os movimentos mais contínuos da nossa trajetória, convivemos com as lacunas do exercício daquilo que deveria ser comum, e portanto, socialmente partilhado, em termos materiais e simbólicos. As omissões históricas ampliaram as responsabilidades dos sujeitos inseridos nos contextos escolares que cada vez mais são demandados para suplência do Estado, sobretudo, a partir da década de 1990 como marco para crise do Estado de bem-estar social e ascensão do neoliberalismo.

Paralelamente, vem se dando a transferência de responsabilidades da esfera pública estatal para agência dos sujeitos nos contextos escolares, por intermédio de políticas educacionais que objetivam o controle do ofício da docência, a supressão da autonomia pedagógica tal como enunciada na constituição de 1988 e a restrição à potência autoral. Assistimos, ademais, a profusão de discursos amparados no senso comum e no desprestígio que essa carreira profissional vem sofrendo ao longo do tempo.

Esse fenômeno pode ser interpretado como efeitos de uma racionalidade que não está condicionada apenas a uma agência invisível de políticas econômicas, mas como estas políticas transformam seus discursos e como estes são socializados na forma de “teses culturais a respeito de modos de vida” (POPKEWITZ, 2020, p. 62).

Assim, se o neoliberalismo representa um marco paradigmático para que possamos compreender: as transformações vivenciadas nas escolas, o modo como nos relacionamos com o conhecimento, com outros sujeitos e com todo repertório cultural escolar, temos que estas teses culturais se manifestam a partir de segmentos discursivos

muito específicos que vão contrapondo as formas como nos situamos em face dos nossos direitos e deveres, como pressuposto primário para cidadania, sentido usualmente evocado como missão das escolas, sobretudo a partir do contexto de redemocratização do nosso país (MONTEIRO; PIRES, 2021).

Sendo assim, que ganhos e perdas temos vivenciado nos últimos anos a partir das condições de emergências desses discursos? Em primeiro lugar, a passagem do direito à Educação para o direito à aprendizagem. Embora possam soar semelhantes, os efeitos práticos destes dois enunciados, “educação” e “aprendizagem”, são sentidos no cotidiano das escolas.

Segundo Gert Biesta, professor de teoria e política educacional na universidade de Luxemburgo e editor de *Studies in Philosophy and Education*, a “aprendizagem”, como enunciado, fixa alguns sentidos que diferem dos sentidos proporcionados quando utilizamos o enunciado “educação”. Como ganhos provocados pelo uso da noção de “aprendizagem”, esse autor indica, primeiramente, as possibilidades de críticas e reflexões a tudo aquilo que se refere a educação segundo a racionalidade moderna, sobretudo em relação ao entendimento do homem como “ser cogito”, inserido na lógica de Descartes, e a educação como instância necessária para torna-lo assujeitado.

Estas reflexões possuem forte potencial para provocar o esfacelamento de estruturas e práticas autoritárias. Ademais, com os avanços das plataformas digitais educacionais, assistimos aquilo que Biesta denomina como “explosão silenciosa da aprendizagem” (BIESTA, 2017, p. 34), especialmente, em relação aos estudantes adultos, que impelidos pelo interesse em ampliar suas formações recorrem a outros espaços não formais e tendem a impulsionar as escolas em direção a sua reinvenção.

Por outro, as perdas provocadas pela emergência da “aprendizagem” como enunciação consiste nos ajustes dos processos educacionais à linguagem de mercado. A educação passa ser compreendida como “mercadoria” e não mais como direito. A relação de confiança no trabalho docente tende a ser fraturada e neste sentido, quem passa a definir o que será ensinado? O professor/instituição escolar como agentes especializados ou doravante, o cliente, outrora estudante?

É inegável a gravidade dessas questões e o que elas implicam, pois se traduzem como indicativas da perda de direitos e de desconstrução de processos democráticos que vinham se fortalecendo ainda que paulatinamente. Por isso, é preciso ir além das aprendizagens para que possamos fortalecer uma educação democrática e como resultados, teríamos aquilo que Biesta denomina como “futuro mais humano”.

Para este futuro mais humano é necessário irmos ao encontro das diferenças, da nossa pluralidade. A escola é o lócus por excelência desses “encontros” entre os diferentes. Então, aproveitando os ganhos dessa nova linguagem, isto é, da aprendizagem como enunciado, podemos deslocar os sentidos iluministas da escola, como àquela que (con)forma para algo, um produto, “o que” (seja mercado de trabalho, cidadania, protagonista, etc), em direção para “o quem”, pois ao considerarmos as diferenças passamos a enxergar as particularidades e com isso nos “tornamos presença no mundo”.

O “tornar-se presença” nos impele a responsabilidade com outro, uma vez que as nossas subjetividades passam a ser compreendidas como resultados dos espaços intersubjetivos. Entretanto, os processos educacionais, cada vez mais, se veem na concorrência com os denominados programas de inteligência artificiais. Ora, se nos tornamos sujeitos na relação com o outro, que implicações teríamos se este outro não fosse mais um ser humano e sim um algoritmo?

É esta dimensão humana da relação com o outro que esta coluna buscará focalizar. Para isto convidamos os sujeitos inseridos nos mais variados contextos educacionais a produzirem reflexões, compartilhem suas experiências seja através de relatos, da construção de políticas, de procedimentos alternativos e de produções teóricas e acadêmicas que nos tragam chaves interpretativas para estas transformações em curso.

O formato dessas produções é livre, mas segue os critérios da revista inclusive no que diz respeito aos princípios éticos. A autoria poderá optar por expressar-se através de textos escritos, vídeos, podcast, entre outros meios. Os trabalhos poderão ser produzidos por diversos sujeitos dos contextos educacionais, professores e pesquisadores.

Além disso, almeja-se aproveitar o protagonismo dos nossos estudantes (seja da educação básica, do ensino superior, da Educação de Jovens e Adultos e até mesmo de outros espaços não formais de escolarização) que poderão expressar-se através de trabalhos em coautoria com seus professores. O material será analisado pela curadoria dessa coluna e se considerado adequado será encaminhado para publicação. O fluxo se dará de forma contínua, o que possibilitará a ampliação das nossas discussões.

Trata-se, desta forma, de um investimento no potencial criativo da escola, pois ela já “acontece”. Nos falta apenas iluminar esse território tão contestado, pois é nele que encontraremos as portas abertas para novos horizontes. É nesse território que se ouve o brado pela esperança.

Referências

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem* - Educação democrática para um futuro humano. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PIRES, M^a de Fátima Barbosa. Desafios e Possibilidades de Análise de Teias discursivas no Currículo de História In: ANDRADE, Juliana A. de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.) *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 254-271.

POPKEWITZ, Thomas S. Estudos curriculares, história do currículo e teoria curricular: a razão da razão. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 47-68, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/4508/pdf>. Acesso em 28/09/2020.